

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**  
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**  
2021

**DENOMINAÇÃO** CECAJUVI - CENTRO CONVIVIO APOIO À  
JUVENTUDE E IDOSOS STª LEOCÁDIA

**MORADA** Largo da Liberdade

**N. 3422 ANDAR LOCALIDADE** Sta. Leocádia

**FREGUESIA** Sta. Leocádia

**CONCELHO** Baião

**COD. POSTAL** 4640-440

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIREÇÃO**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** Baião \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Baião \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS**

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2021	31-dez-2020
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	282 620,46	273 806,03
Investimentos financeiros	11.1	3 124,61	2 762,72
		285 745,07	276 568,75
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	11.3	5 380,68	3 325,61
Estado e outros entes públicos	11.9	3 569,61	550,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	1 416,00	1 468,00
Diferimentos	11.5	660,40	696,11
Outros ativos correntes	11.4	4 745,29	4 010,74
Caixa e depósitos bancários	11.6	16 445,72	24 827,02
		32 217,70	34 877,61
<b>Total do ativo</b>		<b>317 962,77</b>	<b>311 446,36</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.7	5 617,21	5 617,21
Resultados transitados	11.7	54 428,58	33 332,51
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	8/11.7	160 800,00	186 100,00
		240 845,79	225 049,72
Resultado líquido do período		30 920,44	21 096,07
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>271 766,23</b>	<b>246 145,70</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	5	0,00	18 178,72
		0,00	18 178,72
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.8	16 376,70	24 105,80
Estado e outros entes públicos	11.9	4 981,65	4 814,55
Financiamentos obtidos	5	6 287,03	3 000,00
Diferimentos	11.5	36,00	453,71
Outros passivos correntes	11.10	16 515,16	14 747,78
		46 186,54	47 121,85
<b>Total do passivo</b>		<b>46 186,54</b>	<b>65 300,57</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>317 962,77</b>	<b>311 446,36</b>

A Direção

Contabilista Certificado

**CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Contribuinte : 504374397

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	7	77 283,45	63 611,74
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	132 588,17	122 733,02
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-612,51	-819,36
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-62 781,59	-54 468,10
Gastos com o pessoal	9	-106 625,20	-103 283,77
Outros rendimentos	11.13	5 468,68	8 899,38
Outros gastos	11.14	-160,65	-105,69
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>45 160,35</b>	<b>36 567,22</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-14 123,02	-15 184,10
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>31 037,33</b>	<b>21 383,12</b>
Juros e gastos similares suportados	11.15	-116,89	-287,05
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>30 920,44</b>	<b>21 096,07</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>30 920,44</b>	<b>21 096,07</b>

A Direção

Contabilista Certificado

Entidade:CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 504374397

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Cadeneta, Instalações/ Virtual/ Colaboradora	Centro Dia	SAD	PERÍODOS	
					2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	43 818,46	16 680,87	16 804,12	77 283,45	63 811,74
Custo das vendas e dos serviços prestados	609	-12 360,85	-51 081,43	-67 755,94	-131 198,02	-128 818,28
Resultado Bruto		31 457,61	-34 400,56	-50 951,82	-53 914,57	-65 006,54
Outros Rendimentos	8/11,11/11,13	0,00	48 843,34	89 213,51	138 056,95	131 632,40
Gastos administrativos	4/11,12	-6 964,59	-13 953,34	-32 026,37	-82 944,30	-44 937,07
Outros Gastos	11,14	0,00	-58,23	-104,42	-180,65	-105,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24 493,22	413,21	6 130,90	31 037,33	21 363,12
Gastos de financiamento (líquidos)	11,15	0,00	-40,92	-75,97	-116,89	-287,05
Resultado antes de impostos		24 493,22	372,29	6 054,93	30 920,44	21 076,07
Resultado líquido do período		24 493,22	372,29	6 054,93	30 803,55	21 096,07

*Handwritten signature and date: 15/12/2021*

**CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		82 368,81	81 100,61
Pagamentos a fornecedores		-87 899,80	-72 714,88
Pagamentos ao pessoal		-64 324,05	-70 715,43
	Caixa gerada pelas operações	-69 655,04	-62 329,50
Outros recebimentos/pagamentos		92 090,05	84 112,03
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	22 435,01	21 782,53
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-16 286,24	-495,69
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-16 286,24	-495,69
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		1 309,78	2 290,67
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-12 891,69	-11 761,15
Juros e gastos similares		-1 491,06	-718,79
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-13 072,97	-10 189,27
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		6 924,20	11 097,57
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		24 827,02	13 729,45
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		16 445,72	24 827,02

A Direção

Contabilista Certificado

# **CECAJUVI - Centro Convívio Apoio**

## **Juventude e Idosos**

**Anexo**

**Demonstrações Financeiras**

**2021**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	11
5	Custos de Empréstimos Obtidos .....	11
6	Inventários .....	12
7	Rédito .....	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	13
9	Benefícios dos empregados .....	14
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	15
11	Outras Informações .....	15
11.1	Investimentos Financeiros .....	15
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	15
11.3	Créditos a receber .....	15
11.4	Outros ativos correntes .....	16
11.5	Diferimentos .....	16
11.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	16
11.7	Fundos Patrimoniais .....	16
11.8	Fornecedores .....	16
11.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	17
11.10	Outros passivos correntes .....	17
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	17
11.12	Fornecimentos e serviços externos .....	17
11.13	Outros rendimentos .....	18
11.14	Outros gastos .....	18
11.15	Resultados Financeiros .....	18
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	18
11.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	19

## **1 Identificação da Entidade**

A “CECAJUVI - Centro Convívio Apoio Juventude e Idosos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” registada na Direção Geral de Segurança Social, no livro nº 8 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 42/00, a fls. 46 verso, com sede em Largo da Liberdade, 3422, Sta. Leocádia - Baião. Tem os seguintes objetivos:

- Apoiar a infância, disponibilizando instalações e serviços adequados às diferentes respostas sociais, consoante as necessidades das populações do território de intervenção do Centro;
- Proteger a terceira idade, através do Centro de Dia, Centro de Convívio, Centro de Noite e a disponibilização de Serviço de Apoio Domiciliário aos idosos e inválidos;
- Combater a pobreza, apoiando principalmente crianças e os jovens residentes em zonas socioeconómicas mais carenciadas, população adulta e terceira idade, com serviços de cantina comunitária, centro de atividade socioeducativa e intervenção comunitária;
- Desenvolver iniciativas no âmbito da formação profissional;
- Promover atividades recreativas, culturais, desportivas e similares;
- Intervir em quaisquer outras áreas de ação social e solidariedade social.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).



### **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

### 3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	Transferência	31-12-2021
Edifícios e outras construções	386.440,28	8.111,62			394.551,90
Equipamento Básico	80.735,36	14.644,84			95.380,20
Equipamento de Transporte	73.149,42				73.149,42
Equipamento Administrativo	2.942,75				2.942,75
Equipamento Informático	4.691,44	180,99			4.872,43
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>547.959,25</b>	<b>22.937,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>570.896,70</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	132.492,54	7.799,00			140.291,54
Equipamento Básico	78.752,42	1.448,82			80.201,24
Equipamento de Transporte	55.899,42	4.600,00			60.499,42
Equipamento Administrativo	2.942,75				2.942,75
Equipamento Informático	4.066,09	275,20			4.341,29
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>274.153,22</b>	<b>14.123,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>288.276,24</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>273.806,03</b>	<b>8.814,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>282.620,46</b>

#### 5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	8.287,03	0,00	8.287,03	0,00	18.178,72	18.178,72
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
<b>Total</b>	<b>8.287,03</b>	<b>0,00</b>	<b>8.287,03</b>	<b>3.000,00</b>	<b>18.178,72</b>	<b>21.178,72</b>



## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	819,36	0,00	0,00	612,51	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>819,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>612,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>819,36</b>			<b>612,51</b>

A instituição não apresenta inventário de géneros alimentares, uma vez que as refeições são fornecidas por uma empresa de catering (Uniself, Lda.), registadas na conta 621-Subcontratos.

## 7 Rébito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>77.283,45</b>	<b>63.611,74</b>
Quotas de utilizadores	32.184,99	33.621,05
Quotas e joias	1.280,00	1.092,00
Cedência de Instalações/Viatura/Colaborador	43.818,46	28.898,69
Outros Réditos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>77.283,45</b>	<b>63.611,74</b>

## 8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2021			31-12-2020		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	109.691,44	0,00	0,00	114.999,37
ISS, IP – Medidas Apoio COVID-19	Não reembolsável	0,00	0,00	2.110,80	0,00	0,00	804,84
Adaptar Social +	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.338,14
C M Baião	Não reembolsável	0,00	0,00	11.988,15	0,00	0,00	3.300,00
J F Santa Leocádia e Mesquinhata	Não reembolsável	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	6.650,00	0,00	0,00	0,00
IAPMEI	Não reembolsável	0,00	0,00	338,00	0,00	0,00	0,00
FSS (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	136.000,00	0,00	4.000,00	140.000,00	0,00	4.000,00
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	44.800,00	0,00	1.300,00	46.100,00	0,00	1.300,00
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis - Equipamento)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145,85
C M Baião (Ativos Fixos Tangíveis – Pequenas Obras)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	695,97
IFAP (Ativos Fixos Tangíveis - Equipamento)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	477,96
IFAP (Ativos Fixos Tangíveis – Pequenas Obras)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	889,16
<b>TOTAL</b>		<b>180.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>136.578,39</b>	<b>186.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>127.951,29</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foram de “11”. Durante o período de 2021 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriênio 2019/2022, que têm a seguinte composição:

### Assembleia Geral

Presidente – Gregório António Queirós Pereira;

1ª Secretária – Olga Maria Azevedo Miranda Caetano;

2ª Secretária – José Vieira.

### Direção

Presidente – Victor Manuel Ferreira Pinto;

Vice-Presidente – José Manuel Vieira Ribeiro;

Secretária – Maria albertina Pereira Vieira;

Tesoureira – Armando Joaquim Monteiro Vieira;

Vogal – António Pereira Carneiro.

### Conselho Fiscal

Presidente – Eduardo Lopes Gomes;

1º Vogal – Cecília Maria Pereira de Matos;

2º Vogal – Adriano Augusto Cerqueira Correia Pereira.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2021 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Manutenção de viaturas	50

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 e em 31/12/2021 foi de “9”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	86.733,62	83.141,54
Indemnizações	199,50	0,00
Encargos sobre as Remunerações	17.681,12	18.308,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.327,21	1.499,60
Outros Gastos com o Pessoal	638,75	333,75
<b>Total</b>	<b>106.625,20</b>	<b>103.283,77</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Investimentos noutras empresas	1.250,00	1.250,00
Outros Investimentos Financeiros	1.874,61	1.512,72
Fundo Compensação do Trabalho	1.874,61	1.512,72
<b>Total</b>	<b>3.124,61</b>	<b>2.762,72</b>

### 11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Quotas associados	1.416,00	1.468,00
<b>Total</b>	<b>1.416,00</b>	<b>1.468,00</b>

### 11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Créditos a receber” está desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	2.309,88	0,31
Utentes	3.070,80	3.325,30
<b>Total</b>	<b>5.380,68</b>	<b>3.325,61</b>

#### 11.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.420,29	2.218,89
Entidades Setor Público Administrativo	3.325,00	1.791,85
<b>Total</b>	<b>4.745,29</b>	<b>4.010,74</b>

#### 11.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	660,40	696,11
<b>Total</b>	<b>660,40</b>	<b>696,11</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Adaptar Social +	0,00	453,71
Quotas	36,00	0,00
<b>Total</b>	<b>36,00</b>	<b>453,71</b>

#### 11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	10.148,87	10.125,09
Depósitos à ordem	6.296,85	14.701,93
<b>Total</b>	<b>16.445,72</b>	<b>24.827,02</b>

#### 11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5.617,21	0,00	0,00	5.617,21
Resultados transitados	33.332,51	21.096,07	0,00	54.428,58
Outras variações nos fundos patrimoniais	186.100,00	0,00	5.300,00	180.800,00
<b>Total</b>	<b>225.049,72</b>	<b>21.096,07</b>	<b>5.300,00</b>	<b>240.845,79</b>

#### 11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	16.376,70	24.105,80
<b>Total</b>	<b>16.376,70</b>	<b>24.105,80</b>

## 11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.569,61	550,13
<b>Total</b>	<b>3.569,61</b>	<b>550,13</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.606,19	2.733,48
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	340,00	267,31
Segurança Social	1.999,25	1.807,28
Fundo Compensação do Trabalho	36,21	6,48
<b>Total</b>	<b>4.981,65</b>	<b>4.814,55</b>

## 11.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	16.515,16	0,00	14.747,79
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>16.515,16</b>	<b>0,00</b>	<b>14.747,79</b>

## 11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios das Entidades Públicas	131.278,39	120.442,35
Doações e heranças - Donativos	1.309,78	2.290,67
<b>Total</b>	<b>132.588,17</b>	<b>122.733,02</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

## 11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	23.960,31	24.715,13
Serviços especializados	10.387,77	7.799,71
Materiais	3.172,54	1.698,08
Energia e fluidos	19.712,54	13.431,14
Deslocações, estadas e transportes	33,85	0,00
Serviços diversos	5.380,46	6.719,89
Encargos com utentes	134,12	104,15
<b>Total</b>	<b>62.781,59</b>	<b>54.468,10</b>

**11.13 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>5.468,68</b>	<b>8.899,38</b>
Outros rendimentos e ganhos	5.468,68	8.899,38
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>5.468,68</b>	<b>8.899,38</b>

**11.14 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	4,65	9,69
Outros Gastos e Perdas	156,00	96,00
<b>Total</b>	<b>160,65</b>	<b>105,69</b>

**11.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	116,89	287,05
<b>Total</b>	<b>116,89</b>	<b>287,05</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-116,89</b>	<b>-287,05</b>

**11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2021, foi a seguinte:

Centro de Dia – 24 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 24 utentes.

### 11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Leocádia, 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção

